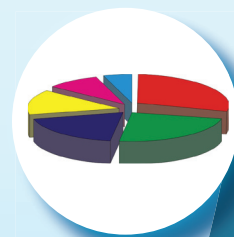
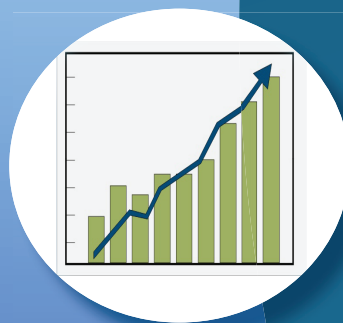


Fundação Nacional da Saúde



RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

**Superintendência Estadual
de Roraima
(Suest/RR)**



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

**Boa Vista/RR
2013**



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.



INTRODUÇÃO

O presente relatório trata das Contas Anuais, referente ao exercício de 2012 a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União com a finalidade de demonstrar os principais resultados da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Roraima.

O Relatório de Gestão está estruturado de acordo as Decisões Normativas emitidas pelo Tribunal de Contas da União e orientações da Controladoria Geral da União, além dos informativos emitidos pela Presidência da Funasa, por meio da Coordenação Geral de Planejamento.

Deste modo atendendo a Norma da DN TCU nº119/2012, Anexo II não se aplicam a realidade da Unidade os seguintes itens:

- 1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado
- 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado
- 1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
- 1.4 Macroprocessos Finalísticos
- 1.5 Macroprocessos de Apoio
- 3.1 Estrutura de Governança
- 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal
- 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos
- 3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos
- 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores
- 3.4 Sistema de Correição
- 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU
- 4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.
- 4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ
- 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- 4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- 4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ
- 4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ
- 4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa
- 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
- 4.2.2 Programação de Despesas
- 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes
- 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital
- 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- 4.2.2.4 Análise Crítica
- 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa
- 4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários
- 4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários



- 4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
- 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
- 5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
- 5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- 5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física
- 5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica
- 5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária
- 5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- 5.5.7 Comunicações à RFB
- 5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- 5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal
- 5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB
- 5.6 Gestão de Precatórios
- 5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta
- 5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta
- 5.6.3 Análise Crítica
- 8 Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012.
- 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)
- 8.2 Análise Crítica
- 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
- 11.2.1 Declaração Plena
- 11.2.2 Declaração com Ressalva
- 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
- 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976
- 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais
- 11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida
- 11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora
- 11.6 Parecer da Auditoria Independente
- 12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.
- 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ
- PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.**
- 13 Parte B, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.
- 13.1 Informações sobre o Fundo Partidário a Serem Prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE
- 13.1.1 Partidos Políticos de âmbito Nacional
- 13.1.2 Origem de Recursos do Fundo Partidário
- 13.1.3 Distribuição de Recursos aos Partidos Políticos
- 13.1.4 Prestação de Contas pelos Partidos Políticos ao TSE
- 13.1.5 Não Prestação de Contas pelos Partidos Políticos
- 13.1.6 Situação da Prestação de Contas Junto ao TSE
- 13.1.7 Julgamento das Contas das Direções Nacionais
- 13.2 Informações sobre o Fundo Partidário a serem Prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE
- 13.2.1 Diretórios de Partidos Políticos Registrados no TRE
- 13.2.2 Diretórios de Partidos Políticos Registrados no TRE
- 13.2.3 Prestação de Contas dos Diretórios Estaduais
- 13.2.4 Não Prestação de Contas pelos Diretórios Estaduais
- 13.2.5 Situação das Contas Prestadas pelos Diretórios Estaduais
- 14 Parte B, item 2, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012.



- 15 Parte B, item 3, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 16 Parte B, item 4, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 16.1 Evolução da Situação Financeira dos Fundos constitucionais de Financiamento
- 16.1.1 Operações em Adimplência e Inadimplência
- 16.1.2 Créditos de Liquidação Duvidosa
- 16.1.3 Prejuízos Contabilizados no Exercício
- 16.1.4 Recursos Ressarcidos pelos Bancos Operadores
- 16.1.5 Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas
- 16.1.6 Análise Crítica
- 17 Parte B, item 5, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 18 Parte B, item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 18.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores
- 18.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES
- 18.3 Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES
- 18.4 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio
- 19 Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 19.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005
- 19.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET
- 19.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio
- 20 Parte B, item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 20.1 Indicadores de Gestão das ICT nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005
- 20.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das ICT
- 20.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio
- 21 Parte B, item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 22 Parte B, item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 23 Parte B, item 11, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 23.1 Análise da Situação Econômico-Financeira
- 23.2 Análise da Distribuição da Riqueza Gerada pela UJ
- 23.3 Análise Crítica
- 24 Parte B, item 12, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 25 Parte B, item 13, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 26 Parte B, item 14, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 26.1 Metas e Indicadores Complementares
- 26.2 Programas e Ações
- 26.3 Programas ou Fundos que não estão sob a responsabilidade da UJ
- 27 Parte B, item 15, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 28 Parte B, item 16, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 28.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”
- 28.2 Análise Crítica
- 29 Parte B, item 17, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 29.1 Quantitativo de Terceirizados Irregulares
- 29.2 Providências Adotadas para Substituição de Terceirizados
- 30 Parte B, item 18, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 30.1 Captações Realizadas e Ações de Fiscalização Empreendidas
- 31 Parte b, item 19, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012
- 31.1 Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais
- 32 Parte B, item 20, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 33 Parte B, item 21, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.



- 34 Parte B, item 22, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 35 Parte B, item 23, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 36 Parte B, item 24, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 37 Parte B, item 25, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 38 Parte B, item 26, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 39 Parte B, item 27, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 40 Parte B, item 28, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 41 Parte B, item 29, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 42 Parte B, item 30, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 42.1 Imóveis Alienados em 2012 em Consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND.
- 42.2 Análise Crítica acerca da Evolução do Plano Nacional de Desimobilização do INSS
- 43 Parte B, item 31, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 44 Parte B, item 32, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 45 Parte B, item 33, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 46 Parte B, item 34, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 47 Parte B, item 35, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 48 Parte B, item 36, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 49 Parte B, item 37, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 49.1 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados
- 49.2 Composição e Atuação do Conselho de Administração
- 49.3 Volume de Recursos Repassados às Entidades Privadas Signatárias do Contrato de Gestão
- 49.4 Dirigentes da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão
- 49.5 Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão
- 49.6 Composição da Comissão de Avaliação do Resultado do Contrato de Gestão
- 49.7 Prestação de Contas e Avaliação dos Resultados da Contratação
- 49.8 Estrutura de Pessoal da UJ para Acompanhamento dos Contratos de Gestão
- 49.9 Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão
- 50 Parte B, item 38, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 50.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada
- 50.2 Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados
- 50.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados
- 50.4 Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria
- 51 Parte B, item 39, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 52 Parte B, item 40, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 53 Parte B, item 41, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 54 Parte B, item 42, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 55 Parte B, item 43, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 56 Parte B, item 44, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 57 Parte B, item 45, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 58 Parte B, item 46, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012.
- 59 Parte B, item 47, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 ..

Assim como não houve ocorrência no exercício para os seguintes itens:

- 5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS
- 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 5.1.2 Análise Crítica



- 5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS
 - 5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos
 - 5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral
 - 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
 - 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)
 - 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ
 - 5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos
 - 5.4.1.6 Análise Crítica
 - 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
 - 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
 - 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação
 - 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC
 - 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico
 - 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos
- 6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
 - 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
 - 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
 - 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
- 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício
- 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Neste contexto foram abordados os objetivos e metas institucionais, em conformidade com o Plano Plurianual do Governo Federal, com destaque para os Programas e ações sob responsabilidade da FUNASA.

As principais realizações no decorrer do Exercício estão apresentadas no tópico que trata do desempenho operacional onde são elencados os programas, ações, metas programadas e resultados alcançados.



Sumário

Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPOEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade	13
1.3 Organograma Funcional	14
1.4 Principais Parceiros	17

Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	18
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	20
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	22
2.4 Indicadores	23

Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	31
3.2 Sistema de Correição	33
3.3 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria n.º 1.043/2007 da CGU	35

Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

4. PROGRAMAS DE EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ	36
4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	42
4.2.1. Movimentação de Créditos Interna e Externa	42
4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	43
4.2.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	43
4.2.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	44
4.3 Análise crítica	46

Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de Passivos	47
5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	48
5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	48
5.2.2. Análise Crítica	49
5.3. Transferência de Recursos	50
5.3.1 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	50
5.3.2 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	51
5.3.3 Análise Crítica	52



Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADAS	54
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	54
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	54
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	55
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	57
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	58
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	59
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	60
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	62
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	62
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	63
6.1.5 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	64
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	65
6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	65
6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	66
6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários	68

Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	69
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	69
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	70
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	70
7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	71
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	72

Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

8. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	73
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	73
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	73

Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	76
9.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	76
9.1.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	76
9.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	77
9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei N° 8.730/93	78
9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	78
9.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	79
9.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	79

Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012



10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	80
10.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	80
10.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	80
10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	81
10.2.1 Declaração com Ressalva	81
CONCLUSÃO	82



1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde		Código SIORG: 304	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Nacional de Saúde Superintendência Estadual de Roraima			
Denominação Abreviada: FUNASA-SUEST/RR			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255023	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 26.989.350/0536-60	
Principal Atividade: Promoção de programas de saúde; Federal, Estadual, Municipal		Código CNAE: 8412-4/00	
Telefones/Fax de contato:	(95) 3212-3102	(95) 3212-3101	(95) 3112-3126
Endereço Eletrônico: corerr.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Av. Cap. Ene Garcez, 1874 - São Francisco, CEP: 69305-135, Boa Vista-RR			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991 e em conformidade como que dispõe o Decreto nº 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no DOU de 10 de junho de 2003. Portaria nº 1.776, de 8 de setembro de 2003 que aprova o regimento interno da FUNASA. Alterada pelo Decreto nº 7.335/2010, de 19 de outubro de 2010, publicado no DOU de 20 de outubro de 2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria 177/2011 Estabelece diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para o Consumo Humano, Portaria 92/2012 Aprova diretrizes para programação orçamentária no âmbito da FUNASA relativas ao exercício de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de redação e correspondências oficiais, Manual de Normas e Procedimentos, Manual de Utilização de Sistemas, Cartilha de Aplicação de recursos financeiros, Cartilha de Formação de Processos, Manual de Saneamento, Orientação para execução de obras e serviços de engenharia, Manual de implantação de consórcios públicos de saneamento, rotinas administrativas dos serviços municipais de saneamento, Manual Prático de análise de água, apresentação de projetos de resíduos sólidos, elaboração de projetos de melhorias sanitárias domiciliares, Apresentação de projetos de sistemas de abastecimento de água, Apresentação de projeto de drenagem e manejo ambiental em áreas endêmicas de malária			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
255023	FUNASA – Superintendência Estadual de Roraima		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
255023	36211



1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

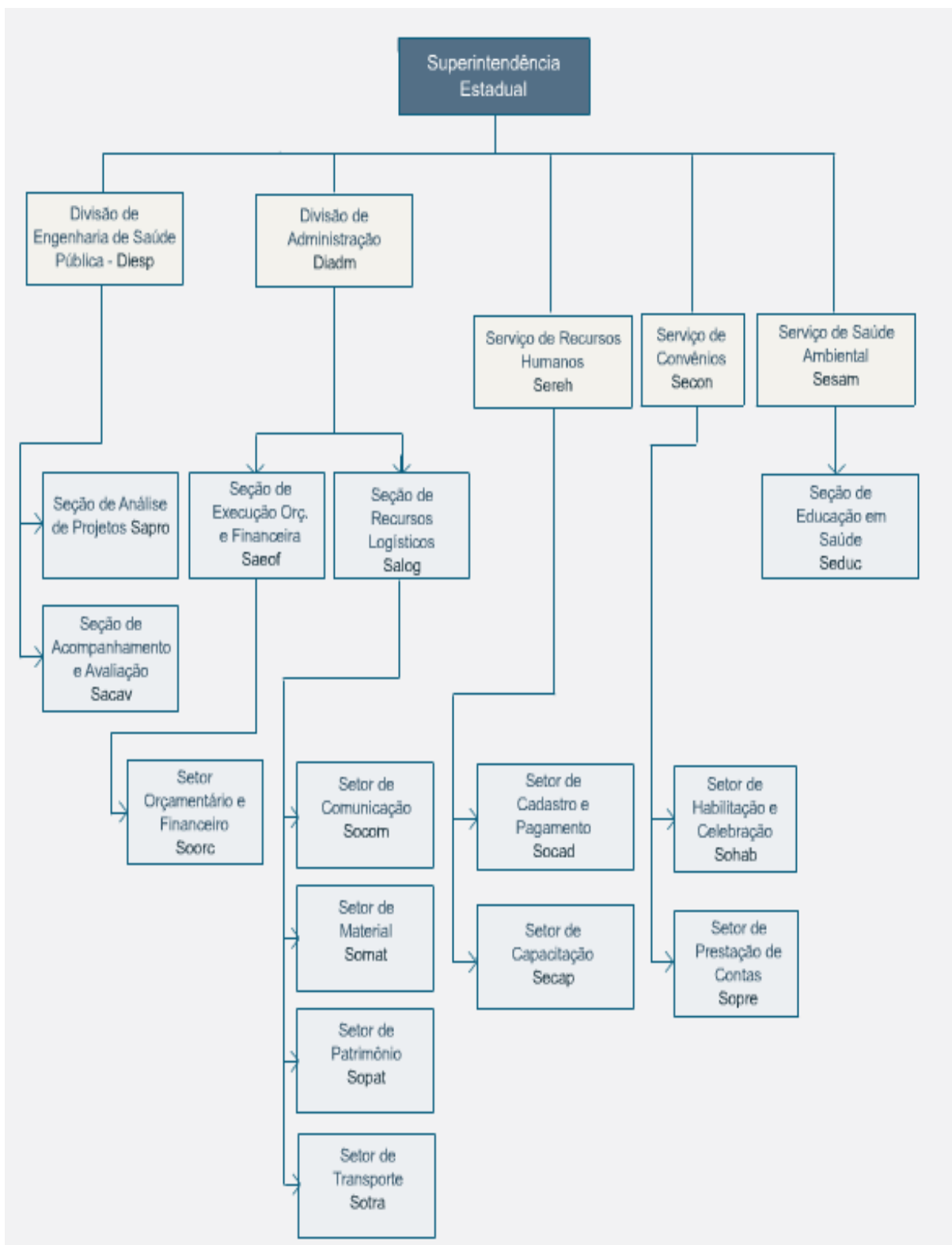
A atuação da FUNASA ocorre por meio de Superintendências Estaduais, unidades descentralizadas presentes em todos os Estados brasileiros. Em outubro de 2010, por meio do Decreto 7.335, publicado no DOU de 20/10/2010, a FUNASA teve sua competência institucional reformulada tendo como competências regimentais: coordenar, supervisionar e desenvolver atividades da instituição nas suas respectivas áreas de jurisdição, prevenindo e controlando as doenças. A Superintendência Estadual de Roraima, conforme dispõe o art. 6º, § 1º do Decreto 7.336/2010 apoiou administrativamente durante parte do exercício de 2012 os Distritos Sanitários Especiais Indígenas Leste de Roraima e o Yanomami, que passaram a ser unidades ligadas ao Ministério da Saúde desde a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Esses Distritos têm base territorial e populacional sob responsabilidade sanitária claramente identificada, reunindo um conjunto de ações de saúde necessárias à atenção básica, articulados com a rede do Sistema Único de Saúde – SUS, para referência e contra-referência, composto por equipe mínima necessária para executar suas ações e com controle social atuando por intermédio dos Conselhos Locais e Distritais.

A FUNASA/SUEST-RR na área de saneamento ambiental atua especificamente em parceria com os municípios onde são firmados termos de convênios diretamente com a Presidência da FUNASA, competindo à Superintendência Estadual de Roraima a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar o desenvolvimento e a conclusão das obras e abastecimento de água, melhorias sanitárias domiciliares, drenagem para o controle de endemias, manejo de resíduos sólidos e esgotamento sanitário, bem como análise das prestações de contas parciais e final dos convênios. Na área indígena, as obras de saneamento dizem respeito às ações de sistema de abastecimento de água, que são de execução direta pela SUEST-RR com recursos transferidos diretamente pela presidência da FUNASA.

Vale ressaltar que a maioria das prefeituras não dispõe de corpo técnico capacitado para elaboração dos projetos de engenharia, dificultando a análise pela Divisão de Engenharia da FUNASA/RR, gerando sensível atraso em sua aprovação. Outro fato que merece atenção é quando da efetivação dos convênios, visto que as prestações de contas de parcelas liberadas não são apresentadas de acordo com a legislação pertinente, ocasionado paralisação da obra e retardamento na liberação das parcelas subsequentes.

A Funasa, até a presente data, presta apoio logístico (predial, energia, água e telefone) aos setores administrativos do Distrito Sanitário Leste de Roraima, para que não ocorra descontinuidade e prejuízo nos serviços prestados aos povos indígenas de Roraima.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL





A Superintendência Estadual de Roraima da Fundação Nacional de Saúde é composta pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública e Divisão de Administração, e ainda, pelo Serviço de Recursos Humanos – SEREH, Serviço de Convênios-SECONV e Serviço de Saúde Ambiental-SESAM, com atribuições e competências conforme a seguir, as quais serão adequadas após a aprovação do Regimento Interno da Funasa com a definição das atribuições de cada unidade administrativa da nova estrutura organizacional:

Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP

Telefone: (95) 3212-3125

Chefe: Fábio Gonçalves de Almeida

É competência da DIESP a análise de projetos técnicos, acompanhamento e emissão de pareceres, referente aos convênios celebrados entre a SUEST-RR e os municípios do Estado de Roraima. É dividida em:

Seção de Análise de Projetos - SAPRO: responsável pela análise de projetos técnicos, emissão de pareceres técnicos e prestação de cooperação técnica;

Seção de Acompanhamento e Avaliação – SECAV: executa atividades relativas ao acompanhamento de obras realizadas com recursos da Funasa.

Divisão de Administração – DIADM

Telefone: (95) 3212-3103

Chefe: Eneide Pereira Matos

A Divisão de Administração tem a competência de executar ações na área administrativa, abrangendo o orçamento, finanças, recursos logísticos e aquisição de insumos necessários ao funcionamento da SUEST-RR. Para consecução dos objetivos, a DIADM é composta pela:

Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SAEOF

Responsável pela execução orçamentária e financeira, através do:

Setor Orçamentário e Financeiro – SOORC: executa a programação orçamentária, bem como as atividades relativas à programação e execução financeira.

Seção de Apoio Logístico – SALOG

Responsável pela execução de atividades de apoio administrativo, através dos setores:

Setor de Comunicação - SOCOM: recebe, classifica, movimenta e expede correspondências e arquivos;

Setor de Material – SOMAT: executa atividades de administração de materiais e serviços, e ainda, de controle de estoque físico e contábil dos materiais;

Setor de Patrimônio - SOPAT: realiza o controle do patrimônio da UJ;

Setor de Transporte – SOTRA: controla o transporte de funcionários e a manutenção da frota de veículos oficiais desta Suest.

Serviço de Recursos Humanos

Telefone: (95) 3212-3110

Chefe: Gardênia Rodrigues da Costa

Responsável pela execução da gestão de recursos humanos. É composta pelos setores:



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

Setor de Cadastro e Pagamento - SOCAD

Setor de Capacitação – SECAP

Serviço de Convênios - SECONV

Telefone: (95) 3212-3122

Chefe: Raimunda Pereira da Silva

Composta pelos setores:

Setor de Habilitação – SOHAB: responsável por executar atividades relativas à celebração e habilitação de convênios;

Setor de Prestação de Contas – SOPRE: responsável por executar atividades relativas à prestação de contas de convênios.

Serviço de Saúde Ambiental - SESAM

Telefone: (95) 3212-3121

Chefe: José Ribamar da Rocha

Responsável pela formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do subsistema nacional de vigilância em saúde ambiental, com atividades pertinentes à Educação em Saúde e a Promoção de Cooperação Técnica para ações de saúde ambiental.

Setor de Educação em Saúde - SEDUC: responsável pela educação em saúde ambiental e pela mobilização social em saneamento junto ao Programa de Saneamento da Funasa.



1.4 PRINCIPAIS PARCEIROS

Dentre os principais parceiros internos desta UJ podemos destacar as prefeituras municipais de Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Boa Vista, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Uiramutã, além da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos- FEMARH, CREA-Conselho Reg Engenharia Arquitetura Agronomia, Companhia de Águas e Esgoto de Roraima-CAER; Universidade Federal de Roraima-UFRR; Universidade Estadual de Roraima-UERR.

Quanto aos parceiros externos, que colaboram na consecução dos objetivos da SUEST-RR destacam-se: Union Security – Serv. Segurança, Global Mix Empreendimentos Ltda-ME, E Stein, M. do Espírito Santo Lima e Star Secur Engenharia Ltda, sendo estas responsáveis pela guarda/segurança, limpeza e higienização, manutenção predial, T.I e apoio administrativo, respectivamente da unidade.



2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project foi utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), que se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências



2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O exercício de 2012 foi marcado pela definição da nova missão, visão e valores, da Funasa, em decorrência do Decreto 7.335, publicado no DOU de 20/10/2010, o qual a FUNASA teve sua competência institucional reformulada tendo como competências regimentais: coordenar, supervisionar e desenvolver atividades da instituição nas suas respectivas áreas de jurisdição, prevenindo e controlando as doenças. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

Devido sua nova missão realizamos ações que são novas na gestão concernente ao Serviço de Saúde Ambiental-SESAM, Seção de Saúde e Educação Ambiental-SADUC, e inserido na SESAM encontra-se o Programa de Qualidade de Água-URCQUA, que visa intervir e realizar ações corretivas necessárias para a melhoria da qualidade da água, principalmente em situações emergenciais, relacionadas ao aparecimento de surtos ou epidemias advindas de doenças de origem e transmissão hídrica.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Programa de Qualidade de Água-URCQUA no exercício de 2012, temos: Cursos para capacitação para operadores dos sistemas de abastecimentos de água; Visitas Técnicas nos Sistemas de abastecimento de água; e, Palestras referentes ao Dia Mundial da Água.

Nas ações de saneamento no período de 2012, realizamos os acompanhamentos dos convênios e TC/PAC em execução, celebrados por esta Superintendência, bem como, mantivemos contatos no intuito de sanar pendências técnicas, nos projetos apresentados pelos entes federados, mas que impedem a execução das obras.

Em 2012 a Suest/RR iniciou um trabalho de cooperação técnica no intuito de buscarmos garantir a aprovação dos PMSB junto aos municípios prioritários do Estado de Roraima. Sendo conquistados alguns avanços, tivemos dois PMSB incluídos no Sistema de Convênio-SICONV dos municípios Rorainópolis e Mucajaí. A meta para ser vencida em 2013 é de garantirmos até dezembro, 100% dos municípios com PMSB aprovados no Sistema de convênios – Siconv.

A Funasa celebrou o contrato 17/2011 para execução de sistemas simplificados de abastecimento de água em 47 comunidades indígenas dos Distritos Sanitários do Leste e Yanomami. As obras previstas contemplam ações nos Estados de Roraima e Amazonas. Nossa equipe de técnicos desenvolveu os serviços de acompanhamento e fiscalização das obras previstas no contrato, além de propor soluções técnicas à execução das mesmas. Em 2012 tivemos iniciadas 21 Obras que devido a logísticas e intempéries relativas ao clima e ao acesso, teremos as conclusões das mesmas na seguinte proporção: 10 obras concluídas no 1º trimestre de 2013; 11 para conclusão no 2º trimestre de 2013 e início das demais para o 2º trimestre de 2013.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

Salientamos que esta Superintendência presta apoio logístico (predial, energia, água e telefone) aos setores administrativos do Distrito Sanitário Leste de Roraima, para que não ocorra adescontinuidade e prejuízo nos serviços prestados aos povos indígenas de Roraima.



2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2012, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.



2.4 INDICADORES

Indicadores para a Avaliação de Desempenho da Funasa

Eixo: Engenharia de Saúde Pública

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Resultado
Percentual de SAA simplificados Concluídos.	Aferir o número de SAA simplificados concluídos.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de sistema Concluídas}}{\text{N}^\circ \text{de sistemas contratadas}} \times 100$	0/47*100	Eficácia	Contrato 17/2011	Relatório de execução do contrato 17/2011	Densp	Alcançar 100% de SAA simplificados concluídos	0%
Percentual de municípios com apoio à gestão.	Aferir a capacidade de apoio à gestão dos municípios programados	$\frac{\text{N}^\circ \text{de municípios apoiados}}{\text{N}^\circ \text{de municípios programados}} \times 100$	2/12*100	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% dos municípios programados	16,66%
Percentual de Resíduos Sólidos Concluídos.	Aferir o número de obras de Resíduos Sólidos concluídos.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Concluídas}}{\text{N}^\circ \text{de Instrumentos Celebrados}} \times 100$	1/3*100	Eficácia	Sigob	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% de obras de Resíduos Sólidos concluídas	33,33%



Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Resultado
1- Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC Acumulado - 2007 a 2010.	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{Nº de Tc com obras de SAA em execução/concluídas}}{\text{Nº de Tc celebrados}}$	6/8*100	Eficácia	Balanço do PAC* Sigesan, SisconSUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	75%
		$\frac{\text{Nº de Tc com projetos de SAA aprovados}}{\text{Nº de Tc celebrados}}$	6/8*100	Eficácia	Balanço do PAC* Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	75%



Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Resultado
4 - Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC I e PACII	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantado}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	Pac I 91/93*100	Eficácia	Balanço do PAC I e II Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Pac I 97,85%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantado}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	Pac II 68/290*100	Eficácia	Balanço do PAC I e II Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Pac II 23,45%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com projetos de MSD aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}}$	Pac I 2/3*100	Eficácia	Balanço do PAC I e II Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Pac I 66,66%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com projetos de MSD aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}}$	PAC II 4/4*100	Eficácia	Balanço do PAC I e II Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	PAC II 100%



Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Resultado
Percentual de Obras Iniciadas	Conhecer o percentual de obras iniciadas financiadas com recursos da FUNASA	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Iniciadas no período de 2006 a 2012}}{\text{N}^\circ \text{de instrumentos de repasse com recurso liberado período de 2006 a 2012}} \times 100$	42/45*100	Eficiência	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DENSP	93,33%
Percentual de Obras Concluídas	Conhecer o percentual de obras concluídas financiadas com recursos da FUNASA	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Concluídas no período de 2006 a 2012}}{\text{N}^\circ \text{de instrumentos de repasse com recurso liberado período de 2006 a 2012}} \times 100$	10/45*100	Eficiência	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DENSP	22,22%
Percentual de projetos aprovados. (Suest)	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	PAC SAA 12/19*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	PAC SAA – 63,15%



Percentual de projetos aprovados. (Suest)	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	Drenagem 8/8*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	Drenagem – 100%
Percentual de projetos aprovados. (Suest)	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	MSD 6/6*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	MSD 100%
Percentual de projetos aprovados. (Suest)	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	CV SAA 2/2*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	CV SAA 100%
Percentual de projetos aprovados. (Suest)	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	Drenagem 9/9*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	Drenagem 100%



Percentual de projetos aprovados. (Suest)	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	Resíduo 1/2*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	Resíduo 50%
Percentual de projetos aprovados. (Suest)	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	MSD 4/6*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	Resíduo 50%
Percentual de projetos aprovados. (Suest)	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	SES 3/3*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	SES 100%
Percentual de Relatório de acompanhamento com aprovação.	Conhecer a percentual de aprovação dos relatórios analisados	$\frac{\text{Número de Relatório R2 + R3 aprovados}}{\text{Número de Relatórios R2 + R3 produzidos}} \times 100$	41/41*100	Eficiência	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DENSP	100%



Indicadores para a Avaliação de Desempenho da Funasa

Eixo: Saúde Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental. (2013) (Presi e Suest)	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	9/7*100	Eficiência	Sigob e Siconv	Siconv	Coesa/Desam	128,5714%
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental. (2012) (Presi e Suest)	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	7/7*100	Eficiência	Relatório consolidado da Coesa	Relatório de atividades das Saduc/Sesam	Coesa/Desam	100%
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA). (2012) (Presi e Suest)	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	7/7*100	Eficiência	Sistema de monitoramento e- CAR	Relatório de atividades dos URCQA/SESAM.	Cocag/Desam	100%



Indicadores para a Avaliação de Desempenho da Funasa

Eixo: Administração

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Resultado
9 - Percentual de servidores capacitados (Presi e Suest)	Medir o número de servidores capacitados em relação a Força de Trabalho	$\frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Força de Trabalho}} \times 100$	41/77*100	Eficácia	Planilha Coder/CgerhSi ape DW	Consulta planilha Coder/Cgerh Extração Siapenet	Coder/ Cgerh/ Deadm	53,25

Fonte: Coder/Cgerh/Deadm/Funasa



3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5



19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Obs.: Este formulário foi preenchido durante a reunião do COREGE.					
Análise Crítica: A UJ não possui unidade de controle interno instalada, ficando esta atribuição sob responsabilidade do órgão central.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					



3.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A UJ possui servidores capacitados para desenvolver qualquer atividade correcional com exceção da sindicância patrimonial e que existe suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa. Contudo ao longo do 2º semestre de 2012 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a dois servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

A UJ tem a competência de instauração das atividades correcionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº.229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos da Funasa.

Os principais resultados de 2012 destacam-se: **1º**- Padronização dos atos de julgamentos das atividades correcionais instauradas, como efeito da centralização do julgamento pelo presidente da Funasa (art. 3º da Portaria nº. 229/2012); **2º**- Maior controle na instauração da atividade correcional na indicação preliminar pela Corregedoria da atividade mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); **3º**- Atualização dos normativos e implementação dos procedimentos correcionais no âmbito da Fundação, e **4º**- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;

Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativo da Funasa:

Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;

Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correcionais;



Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;

Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correccionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativo da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;

Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.



3.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Os processos disciplinares e investigativos estão sendo cadastrados no sistema informativo CGU-PAD, de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa, na sede da presidência da Fundação em Brasília/DF. Atualmente, estão registrados no sistema CGU-PAD todos os processos instaurados no período do ano de 2010 até o ano de 2012.

Todavia os processos dos anos de 2006 até 2009 serão registrados pela UJ, após a regulamentação e capacitação do(s) servidor(es) identificado(s) para acompanhar o registro no Estado, enfatiza-se que essa capacitação relativa ao sistema informativo CGU-PAD ocorrerá sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que oportunizará quando autorizada pela presidência do órgão. Contudo, as atividades correccionais instauradas no período de 2006 a 2009 foram informadas em relatórios de gestão de anos anteriores.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma legal.



4. PROGRAMAÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012 – 2015, portanto o item 4.1 – Informações sobre Programas do PPA, NÃO SE APLICA A ESTA UJ.

Quadro de Meta do PPA 2012 - 2015

PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2068 SANEAMENTO BÁSICO	0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em Saneamento Básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.	<ul style="list-style-type: none">- Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais.- Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento.- Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico.- Apoiar 34 de estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental.- Apoiar 3.445 municípios no fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental.- Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento.- Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na	011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico.	20 AG - Apoio à Gestão dos Serviços de Saneamento Básico (Áreas Rurais e municípios com pop. abaixo de 50.000 hab.) e ao Desenvolvimento Científico-Tecnológico. 20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano. 6808 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental. 10TA - Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com população abaixo de até



PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
		gestão e estruturação de ações de saneamento		50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
	0355 – Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais. - Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos. 	011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras).	7656 - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras) para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.
	0610 – Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de	<ul style="list-style-type: none"> - Contratar R\$ 960 milhões, por meio de seleções públicas do PAC, para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória. - Contratar R\$ 1.280 milhões, por meio de seleções públicas do PAC, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil 	<p>2DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água.</p> <p>02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de esgotamento sanitário.</p>	<p>10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10SV - Sistemas Públicos de</p>



PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	<p>pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.</p>	<p>habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos. - Beneficiar 500 municípios dos com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares. - Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem. 	<p>02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada.</p> <p>02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços.</p> <p>02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis.</p>	<p>Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10SK - Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p>



PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
				<p>10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10SL - Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos.</p> <p>3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos.</p>
2067 RESÍDUOS SÓLIDOS	0319 - Ampliar o acesso aos serviços	- Fomento e fortalecimento de 600	00ZE - Apoio ao fomento às	20AM – Implementação de



PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, utilizando a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.	Cooperativas/Associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação à coleta seletiva e nas cadeias de reciclagem.	associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos.	projetos de coleta e reciclagem de materiais.
2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	0714 – Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio de ações de promoção e vigilância em saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento. - Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas ambiental. 	<p>02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental.</p> <p>02Q3 – Fomento à educação em saúde ambiental para a promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos.</p> <p>02Q6 - Fortalecimento da vigilância em saúde ambiental.</p> <p>02Q8 - Implantação de</p>	<p>3921 – Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas.</p> <p>20K2- Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental.</p> <p>20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para redução dos riscos à saúde humana em municípios com menos de 50.000 habitantes.</p>



PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
			melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas.	
2115 PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	-	-	-	20Q8 – Apoio à implementação de manutenção dos sistemas de saneamento básico e ações de saúde ambiental. 4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. 4641 – Publicidade e propaganda



4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos		255023		3.501,73	3.857.868,10	
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial



4.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

4.2.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação interna

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.467.088,17	14.674.517,08	2.447.003,76	14.588.941,08
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	2.467.088,17	14.674.517,08	2.447.003,76	14.588.941,08
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	709.270,85	10.813.482,93	709.270,85	8.341.790,96
g) Dispensa	367.110,98	10.047.810,59	367.110,98	7.576.118,62
h) Inexigibilidade	342.159,87	765.672,34	342.159,87	765.672,34
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	288.947,77	650.530,31	22.625,38	655.587,33
j) Pagamento em Folha	3.501,73	0,00	3.501,73	5.057,02
k) Diárias	266.322,39	257.531,23		257.531,23
5. Outros	19.123,65	392.999,08	19.123,65	392.999,08
6. Total (1+2+3+4+5)	3.465.306,79	26.138.530,32	3.178.899,99	23.586.319,37

Fonte: Siafi Gerencial



4.2.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação Interna

Valores em
R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Outros benefícios assistenciais	3.501,73	5.057,02	3.501,73				3.501,73	5.057,02
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
Diárias – Civil	265.394,89		265.394,89				265.394,89	
Material de Consumo	347.367,20	1.644.486,01	159.036,16	1.397.952,14	188.331,04	216.085,57	158.074,26	1.428.400,44
Outros serv. terceiros – P.Física	927,50		927,50				927,50	
Locação de mão-de-obra	2.036.126,00	4.660.830,48	1.936.126,00	4.040.256,65	100.000,00	620.573,83	1.936.126,00	4.040.256,65
Outros serviços de terceiros – P.Jurídica	1.188.928,86	19.822.757,85	1.081.196,86	19.504.223,51	107.732,00	318.534,34	1.062.074,35	19.449.095,81
Obrig.Tribut.eContrib-OP. Intra-orçamentárias	8.569,03		8.569,03				8.569,03	
Indenizações e restituições	10.554,62		10.554,62				10.554,62	



<i>Demais elementos do grupo</i>		921.762,70		908.119,21		8.586,47		913.176,23
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: **Siafi gerencial**



4.3 ANÁLISE CRÍTICA

As significativas alterações apresentadas no exercício de 2012, se comparado ao período anterior, devem-se exclusivamente em função ao final da transição da saúde indígena para os Distritos Sanitários Yanomami e Leste de Roraima, que neste caso teve um grande impacto em todas as despesas anuais desta Superintendência, uma vez que passaram para suas responsabilidades as despesas com medicamentos, materiais de consumo/expediente, horas-vôo e apoio administrativo, despesas estas que impactavam de maneira considerável o orçamento desta Suest.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

**“NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO PARA AS CONTAS CONTÁBEIS
DE CÓDIGOS 21.211.11.00, 21.212.11.00, 21.213.11.00, 21.215.22.00 e 21.219.22.00
NOS BALANCETES DO EXERCÍCIO DE 2012”**



5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010				
2011	R\$ 85.576,00		R\$ 85.576,00	R\$ 0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	R\$ 284.095,79	R\$ 1.139,87	R\$ 282.955,92	R\$ 0,00
2011	R\$ 12.208.883,59	R\$ 776.882,67	R\$ 5.354.466,68	R\$ 6.077.534,24
...				

Fonte: Siafi Gerencial



5.2. ANÁLISE CRÍTICA

A permanência de restos a pagar não processados ocorre em virtude dos processos licitatórios terem como vencedoras do certame empresas de outros estados brasileiros, que devido à localização geográfica do estado de Roraima dificulta a entrega do material. Fato esse que leva a um retardo na liquidação das Notas de Empenho emitidas por esta Suest/RR, que somente são liberadas para pagamento após a entrega do material e a apropriação da nota fiscal pelo setor de almoxarifado, seguindo a programação financeira mensal.



5.3 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

5.3.1 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26.989.350/0536-60		UG/GESTÃO: 255000			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	04
		Montante Repassado	3.660.000,00	-	1.600.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	1.500.000,00	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	04	-	03
		Montante Repassado	10.347.988,80	-	2.850.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	04	-	04
		Montante Repassado	3.094.975,45	-	2.555.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Siconv



5.3.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26.989.350/0536-60		UG/GESTÃO: 255000			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			02	04
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	02	02
	Montante Repassado (R\$)			2.948.000,00	700.000,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-	02	
Montante Repassado (R\$)			-	900.000,00	
2011	Quantidade de contas prestadas			04	03
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		01	01
		Quantidade Reprovada		01	01
		Quantidade de TCE		01	01
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		02	01
Montante repassado (R\$)		8.847.988,80	2.250.000,00		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			04	04
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		01	02
		Quantidade Reprovada		03	02
		Quantidade de TCE		03	02
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante Repassado		-	-		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		02	-
		Montante Repassado		2.907.860,00	-

Fonte: Siconv



5.3.3 ANÁLISE CRÍTICA

O processo de descentralização da gestão de convênios, a Suest, possibilitou uma melhor atuação da instituição no acompanhamento da execução financeira dos convênios, termos de compromisso e outros instrumentos de cooperação firmados entre a Funasa e outros entes federados.

As qualificações do financiamento, através da regulamentação e da busca de resolução dos problemas de saneamento enfrentadas pela população de Roraima que permitem um melhor acompanhamento das execuções. Essa situação dar-se principalmente em virtude do amplo esforço, do Serviço de Convênios e da Diesp, em solucionar pendências de análises existentes na Superintendência, que se relacionava a exercícios anteriores a 2009. Esse novo quadro permite um acompanhamento mais eficaz dos instrumentos firmados e em execução.

Porém a Suest-RR ainda não conseguiu romper com as desregulações proporcionadas pelas convenientes, no processo de execução dos objetos pactuados. Problemas técnicos, pautados no descumprimento do plano de trabalho, bem como, problemas na gestão financeira dos recursos liberados ocasionam um alto número de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Superintendência. A definição de uma maior aproximação, da Suest-RR, na cooperação técnica com os 14 municípios que integram a agenda de trabalho da Funasa, em Roraima, possibilitará uma melhor atuação, no intuito de garantirmos uma qualidade de vida aos cidadãos e cidadãs, bem como uma excelência na gestão dos convênios pactuados.

Noutro prisma, persiste, por parte da Funasa, através das diversas instâncias de gestão do governo federal, a desvalorização profissional dos servidores principalmente no tocante a: falta de uma política permanente de qualificação dos servidores públicos, responsáveis pelas áreas meio da Diesp e do Seconv; inexistência de uma valorização salarial aos servidores do quadro da Funasa e a falta de modernização dos equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades.

Neste tópico temos a considerar a dificuldade de trabalho encontrada no setor de informática, no conhecimento das ferramentas e softwares utilizados pela Funasa, por parte dos profissionais que prestam serviço ao órgão. É preocupante, também, o avanço tecnológico na gestão de convênios e outros instrumentos congêneres diante da complexidade de acesso e trabalho com o link de acesso a internet no Estado de Roraima, pois além da Funasa, os municípios enfrentam dificuldades imensas, encontradas por nosso país durante o processo de implantação da rede de informação na década de 1980. Desta forma o setor de informática se constitui como um dos empecilhos a serem superados no ano de 2013.

A falta de uma política de renovação dos servidores também se apresenta preocupante, pois caminhamos cada vez mais para um processo de escassez de pessoal



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

inibindo o papel estratégico que a Funasa possui na superação de enorme disparidade que se separa os cidadãos mais ricos dos mais pobres de nosso país, no tocante ao acesso a serviços de saneamento, fundamenta a qualidade de vida, bem como a melhora de vários indicadores da saúde pública.



6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	138	4	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	138	4	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		136	4	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários		2		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		3		
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	143	4	3

Fonte: Siape



6.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	57
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	53
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	3
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	62

Fonte:

O Item 1.3 apresenta servidores cedidos ao SUS, conforme Lei 8.2070/91, em exercício na Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde no Estado de Roraima, totalizando 53 (cinquenta e três) servidores, que ainda continuam na folha de pagamento da SUEST-RR. Em nosso entendimento tais servidores deveriam ser redistribuídos para o Ministério da Saúde – MS, tendo em vista que executam ações de combate e controle de endemias, bem como de assistência à saúde na rede pública; atividades essas que não estão



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

incluídas nos objetivos finalísticos da FUNASA, conforme Decreto nº 7.355 de 19/10/2010, DOU de 20/10/2010.



6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	7	0	0
1.1.Cargos Natureza Especial				
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	7	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		4		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		3		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	14	0	0
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		14		
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	21	0	0

Fonte: Siape



6.1.2.1 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	1	9	39	57	17
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira		8	39	57	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	1			
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	4	7	8	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		3	3		
2.3. Funções Gratificadas	1	1	4	8	
3. Totais (1+2)	2	13	46	65	17

Fonte: Siape



6.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	11	8	69	33	1	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			11	8	69	31	1		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	11	10	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	6			
2.3. Funções Gratificadas					10	4			
3. Totais (1+2)	0	0	11	8	80	43	1	0	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape



6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro de custos de recursos humanos nos Exercícios de 2010, 2011 e 2012										
Tipologias / Exercício	Vencimento Vantagens fixas	Despesas Variáveis								
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
Membros de poder e agentes políticos										
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2012	6.181.578,85	0,00	673.819,28	471.331,65	616.248,77	505.990,14	104.312,27	8.737,01	1.576,49	8.563.594,46
2011	7.434.564,07	0,00	658.462,62	451.045,79	773.928,30	599.842,66	95.986,19		1.930,58	10.015.760,21
2010	16.073.373,31	0,00	1.476.993,06	1.880.002,14	2.025.268,17	666.739,58	111.840,45		10.154,77	22.244.371,48
Servidores com contratos Temporários										
2012	147.120,00	0,00	12.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00			159.380,00
2011	135.677,32	0,00	11.238,33	0,00	0,00	0,00	0,00			146.915,65
2010	73.560,00	0,00	6.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00			79.690,00
Servidores cedidos com ônus ou em Licença										
2012	200.338,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			200.338,54
2011	148.946,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			148.946,26
2010	129.436,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			129.436,36
Servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial										
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2012	0,00	53.760,82	139850,27	0,00	0,00	0,00	0,00			193.611,09
2011	0,00	65.101,31	139850,27	0,00	0,00	0,00	0,00			204.951,58



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima / Fundação Regional de Roraima

Superintendência Estadual de Roraima

2010	0,00	81.667,20	154383,85	0,00	0,00	0,00	0,00			236.051,05
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas										
2012	0,00	53.060,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			53.060,61
2011	0,00	52.510,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			52.510,05
2010	0,00	68.509,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			68.509,12



6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

6.1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E APOSENTADORIA

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	22	0
1.1 Voluntária	17	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	5	
1.4 Outras		
2. Proporcional	26	1
2.1 Voluntária	17	
2.2 Compulsória	8	
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	48	1

Fonte: Siape



6.1.4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	10	0
1.1. Integral	7	
1.2. Proporcional	3	
2. Em Atividade	61	
3. Total (1+2)	71	0

Fonte: Siape



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

6.1.5 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

**“ESTA UG NÃO TEM INDICADORES GERENCIAIS DESENVOLVIDOS PARA A
ÁREA DE PESSOAL”**



6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – Superintendência Estadual de Roraima													
UG/Gestão: 255023							CNPJ: 26.989.350/0536-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	01/2012	Union Security 02.692.187/0001-67	30/03/2012	29/03/2013	3	3					A
2012	L	O	05/2012	Global Mix Empreendimentos 11.634.366/0001-39	06/08/2012	05/08/2013	16	16					A

Observações:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Processos 25270.000.301/2012-26 e 25270.001.123/2012-51



6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – Superintendência Estadual de Roraima													
UG/Gestão: 255023						CNPJ: 26.989.350/0536-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	44/2010	Star SegurEngenharia04.424.629/0001-10	03/03/2012	02/03/2013	46	2					P
2010	3	O	44/2010	Star SegurEngenharia04.424.629/0001-10	03/03/2012	02/03/2013			35	11			P
2010	4	O	44/2010	Star SegurEngenharia04.424.629/0001-10	03/03/2012	02/03/2013	4	1					P
2010	6	O	44/2010	Star SegurEngenharia04.424.629/0001-10	03/03/2012	02/03/2013	5	2					P
2010	7	O	44/2010	Star SegurEngenharia04.424.629/0001-10	03/03/2012	02/03/2013	5	3					P
2010	12	O	44/2010	Star SegurEngenharia04.424.629/0001-10	03/03/2012	02/03/2013			25	24			P
2012	8	O	08/2012	E Stein 84.020.007/0001-65	01/10/2012	30/09/2013	8	8					A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.



7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: Processos Licitatórios nº 25270.016.314/2009-11 e 25270.001.420/2012-04



6.2.3 COMPOSIÇÃO DE QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	7	7	7	7	-
1.1 Área Fim	3	3	4	4	
1.2 Área Meio	4	4	3	3	
2. Nível Médio	15	19	20	17	-
2.1 Área Fim	2	2	3	3	
2.2 Área Meio	13	17	17	14	
3. Total (1+2)	22	26	27	24	-

Fonte: Sereh



7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A frota de veículos oficiais da Suest-RR, no exercício de 2012, era composta por **59**(cinquenta e nove) automóveis, sendo que deste total **47**(quarenta e sete) foram leiloados e **06** (seis) aguardam a realização de novo leilão, passando a frota atual desta Superintendência a compreender quantitativo de **06** (seis) veículos, conforme tabela abaixo, os quais destinam-se ao atendimento das equipes de Convênio, DIESP, SESAM, em suas visitas nos 14 (quatorze) municípios do estado de Roraima nas ações realizadas por esta Fundação, visando fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças; e formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, além do atendimento ao Gabinete desta Suest, bem como ao setores que compõem o Departamento de Administração:

Marca/Modelo	Ano de Fabricação	Ano Modelo	Placa	Tipo de combustível
MMC/L200 4X4 GL	2011	2011	NAM 0693	DIESEL
MMC/L200 4X4 GL	2011	2011	NAM 4254	DIESEL
GM/ S10 2.8 D 4X4	2000	2001	NAL 2172	DIESEL
I/GM CORSA SUPER W	2000	2001	NAK 2042	GASOLINA
I/GM CORSA SUPER W	2000	2001	NAK 1872	GASOLINA



7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF RORAIMA	35	35
	Boa Vista	6	6
	Mucajaí	0	0
	Iracema	0	0
	Caracarái	16	16
	Pacaraima	1	1
	São João da Baliza	0	0
	Amajari	6	6
	Normandia	3	3
	Bonfim	3	3
Subtotal Brasil		35	35
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		35	35

Fonte: SPIUNET e arquivos SOPAT

Obs.:

- (1) Estão incluídos nesta planilha todos os imóveis regularizados e não regularizados, como também os Postos de Saúde Área Indígena, oriundos da FUNAI;
- (2) Em referência ao quantitativo reduzido para 35 imóveis foi devida às 8 cessões de uso oficializadas para os municípios, em atendimento aos Acórdãos nº 2341/2003 e 1817/2004, conforme processo nº 25270.005.806/201-15



7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS A TERCEIROS

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - RORAIMA	3	3
	Boa Vista	3	3
	UF - AMAZONAS	2	2
	São Gabriel da Cachoeira	1	1
	Santa Isabel do Rio Negro	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade "n"	0	0
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade "n"	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: SPIUNET e arquivos SOPAT



7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
255023	0301.00118.500-1	12	3	429.484,60	16/05/2011	429.484,60	-	-
255023	0301.00124.500-4	13	3	731.160,00	16/05/2011	4.098.135,21	-	-
255023	0301.00125.500-0	12	4	153.152,47	16/05/2011	219.921,45	-	-
255023	0301.00126.500-5	13	3	104.799,60	16/05/2011	158.611,80	-	-
255023	0301.00127.500-5	13	3	104.799,60	10/03/2005	145.348,56	-	-
255023	0301.00240.500-5	12	2	146.561,40	16/05/2011	2.293.314,27	-	-
255023	0309.00007.500-3	5	4	5.565,69	25/05/2011	123.375,71	-	-
255023	0390.00008.500-9	5	4	21.203,13	25/05/2011	21.203,13	-	-
255023	0309.00009.500-4	5	4	10.840,00	25/05/2011	53.813,33	-	-
255023	0309.00010.500-0	5	4	639,00	25/05/2011	693,00	-	-
255023	0309.00011.500-5	5	3	13.008,00	25/05/2011	314.497,12	-	-
255023	0303.00022.500-6	5	3	120.595,00	25/05/2011	324.220,04	-	-
255023	0303.0028.500-9	5	3	55.941,60	25/05/2011	133.735,61	-	-
255023	0313.0005.500-0	5	3	27.211,80	25/05/2011	70.125,53	-	-
Total							-	-

Fonte: SPIUNET e arquivos SOPAT

Obs.: O imóvel RIP 030900010.500-0, Não há avaliação de benfeitorias, porém consta avaliação com referência a variação do índice de 5,91% que serviu como base de alteração do valor para PGV 2011.

ANÁLISE CRÍTICA

A Superintendência Estadual da Funasa em Roraima apresenta duas situações distintas, em relação aos imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade que não se encontram regularizadas, quais sejam: a existência de uma Ação de Suscitação de Dúvida, movida pela Funasa, tendo como Réu a Prefeitura Municipal de Caracaraí, Processo nº 4979/98.2010-4.01.4200, 2ª Vara Federal, Roraima, onde se questiona a propriedade dos imóveis que estão em poder de terceiros, sendo alguns desses registrados em cartório de imóveis e outros apresentarem título definitivo. A outra situação diz respeito aqueles imóveis localizados na área indígena Raposa Serra do Sol. Por oportuno, informamos que os imóveis situados no município de Boa Vista encontram-se aguardando regularização no que concerne ao desmembramento das terras da União para o Estado de Roraima.



8. GESTÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none">• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais:					
Esta UJ participa da Comissão de Coleta Seletiva Solidária do Ministério da Fazenda, além de desenvolver campanhas junto a seus colaboradores para a diminuição do desperdício de água e energia elétrica, além de ter conseguido minimizar de maneira significativa a utilização de materiais descartáveis, como copos e pratos plásticos.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	76	3.754	3.240	1.463,95	324.876,00	284.437,97
Água	5.927	8.629	14.175	111.698,71	145.635,53	238.582,13
Água Mineral (garrafão)	1.345	5.390	2.440	6.388,75	22.197,70	9.735,60
Energia Elétrica	436.367	995.939	957.823	180.411,41	319.314,57	301.869,22
			Total	299.962,82	812.023,80	834.624,92

Fonte: DIADM/SALOG



9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

9.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde– Superintendência Estadual de Roraima					000304
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC.021.044/2009-0	4.192/2010	5.1	RE	Ofício nº 608/2010-TCU/SECEX-RR
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde– Superintendência Estadual de Roraima					000304
Descrição da Deliberação					
Apuração de possível prática de sobrepreço na prestação de serviço de conservação e limpeza.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Administração / Superintendência Estadual de Roraima					000304
Síntese da Providência Adotada					
Visando cumprir o acórdão nº 1319/2010, a Divisão de Administração encaminhou à empresa, em 21/09/2012, o Ofício nº. 904/DIADM/SUEST-RR /FUNASA, juntamente com Guia de Recolhimento-GRU, a fim de sanar a prática de sobrepreço na prestação do serviço dos contratos n.ºs 29 e 30/2010.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A prestadora do serviço acatou a deliberação do acórdão e efetuou o recolhimento da GRU no valor de R\$ 26.043,71.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Em referência ao Acórdão supra esta Administração, enviou esforços e cumpriu o referido, que vinha sendo procrastinado devido à empresa discordar dos cálculos realizados no que concerne os ajustes propostos por esta renomada corte de contas, bem como arguir em sua defesa que a mesma teve dispêndio maior que o lucro obtido no referido contrato, defesa a qual não prosperou e a referida empresa foi citada a devolver o montante de R\$ 150.961,74 dos quais foram descontados as notas fiscais não pagas dos meses março a junho/2012 que totalizaram R\$ 69.605,44, bem como o valor devido pela Funasa à empresa contratada, no valor de R\$ 44.521,23, e ainda, suas garantias do contrato no valor de R\$ 10.791,36. Salientamos que após a glosa ficou restado o valor de R\$ 26.043,71 valor que foi gerado uma GRU e foi paga em 26/09/2012, conforme ofício nº 427 GER/SV, fls. 1620 do processo supra.					



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

9.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria Interna é da Unidade Central da Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.



9.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

9.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			1
	Entregaram a DBR			1
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			21
	Entregaram a DBR			21
	Não cumpriram a obrigação			

Análise Crítica

A DBR - Declaração de Bens e Renda, de que trata a Lei nº 8.730/1993, é preenchida e assinada na SUEST/RR no momento da posse e no final de cada exercício do servidor e ocupante de cargo comissionado, com indicação das fontes de renda e de bens.

O Setor de Cadastro e Pagamento recebe as DBR's em papel, as quais são arquivadas nas respectivas pastas dos servidores e guardadas em arquivos trancados, onde somente servidores de carreira do Setor tem acesso, onde é preservado o sigilo fiscal, não havendo sistemática de autorização eletrônica para consulta ao banco de dados da receita federal por nenhum servidor ou autoridade.



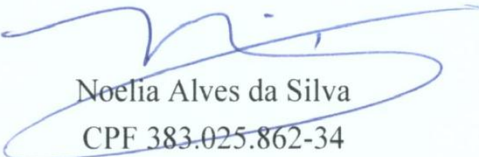
9.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

9.4.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, NOELIA ALVES DA SILVA, CPF nº 383.025.862-34, ocupante do cargo de Superintendente Estadual Substituta da Fundação Nacional de Saúde em Roraima, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de 03 de 2013.


Noelia Alves da Silva
CPF 383.025.862-34
Superintendente Estadual Substituta



10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

10.1.1 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado desta Fundação observam o estabelecido na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com as seguintes leis: Lei n.º 4320/64, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei n.º 10.180/2001 e, ainda, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), a saber:

1. Metodologia de cálculo – Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 48 da Macrofunção;
2. As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 27, do referido documento;
3. A depreciação baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI, uma vez que não foram realizadas as avaliações de valor econômico de cada bem do imobilizado;
4. O patrimônio, a partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.


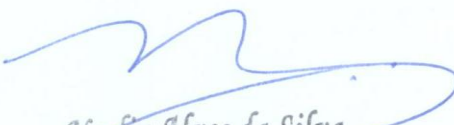
Cabe aqui destacar que, devido à escassez de pessoal, a avaliação e mensuração das disponibilidades; dos créditos e dívidas; dos estoques, dos investimentos; do imobilizado; do intangível e do diferido não foram realizados. No entanto, informa-se que esta Funasa envidará todos os esforços no sentido de contratar, com a urgência que o assunto requer, uma empresa para efetuar tal serviço, a nível nacional, abrangendo a todas as Unidades Gestoras que compõem este Órgão.

Informa-se, ainda, que a Setorial Contábil desta Funasa vem realizando, temporariamente, o cálculo da depreciação das UG's 255003 – SUEST/AP; 255013 – SUEST/MG; 255014 – SUEST/PA; 255016 SUEST-PR; 255017 – SUEST/PE; 255018 – SUEST/PI; 255019 – SUEST/RJ e 255021 – SUEST/RS, visto que estas ainda não utilizam o Sistema de Controle Patrimonial.



10.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.2.1 DECLARAÇÃO COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de Roraima			255023
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRIÇÃO TÍTULO</p> <p>102 SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB</p> <p>163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</p> <p>470 DESPESA SEM AMPARO LEGAL</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC nº	4763
Ordenador de Despesas	 Noelia Alves da Silva Superintendente Estadual Substituta Assinatura/Carimbo FUNASA/RR		



CONCLUSÃO

No ano de 2012 a FUNASA deu continuidade ao processo de implementação da nova estrutura organizacional com a conclusão da transição da saúde indígena do Distrito Sanitário Yanomami, ao tempo que continuou prestando apoio logístico aos setores administrativos do Distrito Sanitário Leste de Roraima, no que concerne ao compartilhamento da Sede da SUEST, bem como dos serviços de telefonia fixa, reprografia, energia e água.

Em que pese à falta de servidores, a SUEST-RR fez importantes avanços, uma vez que somados aos servidores efetivos, existem 24 estagiários (situação em dez/2012) entre os níveis médio e superior, além do reforço tão importante da mão de obra terceirizada para apoio às atividades administrativas.

Visando manter a gestão de sua própria missão, a UJ realizou pregões eletrônicos adequados a sua atual estrutura, os quais garantem a manutenção e administração da Unidade na execução das ações e programas sob sua responsabilidade, os quais tiveram impacto direto nas despesas correntes, redução esta que não prejudicou a continuidade dos serviços essenciais e sem imposição de restrição de materiais para a execução das atividades da Superintendência.

Nas ações de saneamento, no período de 2012, realizamos o acompanhamento dos convênios e TC/PAC em execução, celebrados por esta Superintendência, bem como, mantivemos contatos no intuito de sanar pendências técnicas nos projetos apresentados pelos entes federados, mas que não impedem a execução das obras.

Concernente a execução esta Suest considera que foi satisfatória em face aos obstáculos decorrentes do cumprimento pactuado pelos municípios no que refere-se à devida atenção a prazo e resposta dos relatórios técnicos emitidos pela equipe da Divisão de Engenharia e Saúde Pública-DIESP.

Em 2012 a Suest/RR iniciou-se um trabalho de cooperação técnica no intuito de buscarmos garantir a aprovação dos Planos Municipais de Saneamento Básico-PMSB junto aos municípios prioritários do Estado de Roraima. Sendo conquistados alguns avanços, tivemos dois PMSB inclusos no Sistema de Convênio-SICONV dos seguintes municípios: Rorainópolis e Mucajaí. A meta para ser vencida em 2013 é garantirmos, até dezembro, 100% dos municípios com PMSB aprovados no Sistema de Convênios – Siconv.

A Funasa celebrou o contrato 17/2011 para execução de sistemas simplificados de abastecimento d'água em 47 comunidades indígenas dos Distritos Sanitários do Leste e Yanomami. As obras previstas contemplam ações nos Estados de Roraima e Amazonas. Nossa equipe de técnicos desenvolveu os serviços de acompanhamento e fiscalização das obras previstas no contrato, além de propor soluções técnicas à execução das mesmas. Em 2012 tivemos iniciadas 21 obras que devido a logística e intempéries relativas ao clima e ao acesso, teremos as conclusões das mesmas na seguinte proporção: 10 obras concluídas no 1º



trimestre de 2013; 11 para conclusão no 2º trimestre de 2013 e início das demais para o 2º trimestre de 2013.

Nas atividades relativas à Saúde Ambiental, cabe-nos ressaltar, que esta Suest fomentou juntamente com sua equipe capacitações relativas ao Programa de Controle da Qualidade da Água para consumo humano, bem como, atividades de Educação e Saúde Ambiental por meio de mobilização comunitária, palestras, reuniões técnicas e fomento de parcerias visando às práticas sustentáveis.

Por fim, continuará a Superintendência Estadual de Roraima envidando todos os esforços necessários a fim de cumprir a sua missão de promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

Ética;
Eqüidade;
Transparência;
Eficiência, Eficácia e Efetividade;
Valorização dos servidores;
Compromisso socioambiental.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

